

**RELATÓRIO DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL
DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
06 DE AGOSTO DE 2022**



RELATÓRIO DA XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE DUQUE DE CAXIAS

O Município de Duque de Caxias realizou no dia 06 de agosto de 2022, das 08h às 18h, na Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo, situada a Rua General Manoel Rabelo, 593, Vila São Luís, Duque de Caxias – RJ, sua **11ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, com o Tema: “Comida sim! Fome não! Pelo direito à alimentação de verdade!”**, convocada pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias, através da Resolução CONSEA-DC nº 02, publicada no Boletim Oficial do Município nº 7163 de 08 de julho de 2022.

O **objetivo geral** da 11ª Conferência de SAN foi ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo a participação social e a gestão intersetorial da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, direito social fundamental previsto no artigo 6º da Constituição Federal. Os **objetivos específicos foram:**

I – Subsidiar o debate, através de exposições e grupos de trabalho, sobre o monitoramento do 2º Plano Municipal de SAN e o controle social no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);

II – Pactuar metas para o 2º Plano Municipal de SAN;

III - Analisar, debater, propor e deliberar ações a serem realizadas pelas Secretarias visando o alcance das metas pactuadas para o 2º Plano Municipal de SAN;

IV – Eleger conselheiros para o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Duque de Caxias-CONSEA-DC (mandato 2022-2026), conforme previsto na Lei nº 2.703 de 04 de maio de 2015 e pela Resolução CONSEA-DC Nº 03, publicada no Boletim Oficial do Município nº 7163 de 08/07/2022.

PARTICIPANTES:

A 11ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Duque de Caxias (11ª Conferência de SAN), contou com a participação de 66 pessoas, reunindo 41 membros da sociedade civil e 25 do poder público. Vale destacar que 98 pessoas se inscreveram para participar da 11ª Conferência de SAN, preenchendo o formulário eletrônico do site da prefeitura municipal. Essas inscrições foram realizadas no período de 21 de julho de 2022 a 05 de agosto de 2022. Além disso, outras 17 pessoas se inscreveram no dia da 11ª Conferência de SAN, no local, após o tempo previsto para os previamente inscritos realizarem o seu credenciamento, formando um grupo com diferentes olhares, vivências e

saberes. A diversidade do grupo contribuiu para um debate mais rico, que contemplou as adversidades, sendo, portanto, muito promissor para a construção da política de SAN e garantia do DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada.

PROGRAMAÇÃO, CONTEÚDO E METODOLOGIA:

Das 8h às 12h – Café de acolhida e credenciamento dos participantes, conforme deliberado durante a Leitura do Regimento da 11ª Conferência de SAN.

9h30 – Mesa de Abertura - Boas-vindas aos participantes e execução do Hino Nacional – Conselheira do CONSEA-DC e integrante da Comissão Organizadora, Verônica Rangel.

Composição da Mesa de Abertura:

Solange Bergami, Presidenta do CONSEA-DC;

Claise Alves, Diretora do DESANS;

Mirian Medeiros, Subsecretária Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;

Patrícia Lima, Enfermeira da Secretaria Municipal de Saúde;

Verônica Martins, representando o Secretário de Governo João Brecha.

Solange Bergami iniciou saudando os presentes, informando que a 11ª Conferência de SAN deveria ter sido realizada em 2021, mas não foi possível realizá-la devido a situação da pandemia de COVID 19 e que os conselheiros escolheram realizar esse evento no dia de hoje, de forma presencial, apesar da pandemia ainda estar em curso, agora com um melhor controle, através da vacina. Ressaltou que ainda há muitos desafios a serem realizados na política de SAN no país, no estado e no município. Enfatizou que atualmente, há cerca de 33 milhões de brasileiros passando fome no país, que é um quadro cruel e que foi aumentado no atual governo federal, com desmontes de políticas públicas. Apresentou os objetivos da XI Conferência de SAN: avaliar as metas do 2º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (2º PLAMSAN), sua aprovação e eleição dos conselheiros da sociedade civil do CONSEA-DC. Saudou os componentes da mesa de abertura, agradecendo ao DESANS na construção da Política de SAN. Agradeceu à participação dos presentes e informou que a política de SAN está vinculada à Secretaria Municipal de Governo, porém a SAN é uma política intersetorial. Finalizou saudando e apresentando os conselheiros do CONSEA-DC.

Claise Alves cumprimentou a mesa e agradeceu as palavras ditas pela Solange Bergami. Aproveitou para agradecer às técnicas do DESANS e às funcionárias da Unidade Polo da Beleza da Fundec pelo apoio. Destacou que há muitos desafios a serem superados para o alcance das metas do Plano, mas que a equipe do DESANS segue buscando avançar e concretizar a política de SAN no município. Aproveitou para dizer que o CONSEA-DC, o DESANS, a CAISAN-DC

em parceria com as Universidades UFRJ e UNIRIO trabalharam muito para confecção do 2º PLAMSAN. Finalizou dizendo que ficou impressionada com o quantitativo de pessoas que participaram das oficinas realizadas para elaboração deste documento e que o objetivo é seguir o propósito de concretização da Política de SAN.

A Professora Mirian Medeiros saudou a mesa e informou que estava substituindo a Secretária Roseli Duarte. Falou da importância do elo entre a sociedade civil e o governo. Ratificou a urgência cada vez maior de avaliar a fome em Duque de Caxias. Também disse que é importante falar das conquistas. Apontou que a alimentação é um gesto de carinho, que é algo sério e que o município atinge os princípios da Política Nacional de Alimentação Escolar. Ressaltou que muitos educandos só encontram alimentação na escola e que nesse espaço é ofertado alimentos saudáveis e saborosos. Informou que o cardápio da rede é diversificado para o desenvolvimento biopsicossocial e que nesses locais também são realizadas atividades de educação alimentar e nutricional (EAN). Destacou que em breve haverá chamada pública para a compra da agricultura familiar. E finalizou, relatando que a CAESC participou de um projeto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que produziu um caderno de receitas inovadoras para as refeições dos estudantes atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A publicação reúne uma série de preparações e a SME ganhou destaque nesta edição. Ao todo, os nutricionistas elaboraram sete receitas que estão à disposição dos leitores de todo o país. Ela entregou aos participantes da Conferência um marcador de livros, contendo um Código QR que direciona para as receitas.

Solange Bergami informou que na gestão do presidente Sidney Campos Neves à frente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), também houve premiação e publicação, pelo FNDE, de uma atividade de EAN realizada na praça Roberto Silveira, em Duque de Caxias, onde o CONSEA-DC também esteve inserido.

Patrícia Lima cumprimentou a mesa na pessoa de Solange Bergami e disse que a participação na 11ª Conferência de SAN é muito importante e bastante simbólica por ocorrer na semana do aleitamento materno. Referiu que menos da metade das crianças no Brasil recebem o leite materno, considerado cientificamente como o melhor alimento até os 6 meses de vida. Relatou que a SAN repercute na saúde das pessoas e que muito interessa à Secretaria Municipal de Saúde – SMS a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, dado que a “hiperalimentação” com alimentos processados e ultra processados, leva ao ganho de peso. Também disse sobre a importância da mudança de práticas alimentares com alimentos de verdade e da necessidade de reduzir o uso de agrotóxicos na produção de alimentos. Informou que a SMS trabalha em prol da SAN pensando no aleitamento materno, implementando uma linha de cuidado do sobrepeso e obesidade desde o início da vida, visando garantir o cuidado dessas pessoas. Ratificou a importância de caminhar juntos, sociedade civil e governo, e que esses grupos não são oponentes.

Veronica Martins informou que está representando o Secretário de Governo, Sr. João Brecha e saudou a mesa e a sociedade civil. Contou um pouco sobre a sua

trajetória profissional e superação, reconhecendo a importância do Programa ProUni em sua vida. Disse que para construir uma sociedade justa e igualitária é necessário a democracia e que a contradição é importante para construir a política. Destacou que esse governo tem como objetivo auxiliar o combate à fome.

10h – Leitura e aprovação do Regimento Interno da 11ª Conferência de SAN. Coordenação da Mesa: Solange Bergami, Presidenta do CONSEA-DC, e Veronica Rangel, Izabel Joia, representantes da Comissão Organizadora da 11ª Conferência.

Foi feita a leitura do Regimento Interno para a plenária, que pôde acompanhar através de cópia impressa entregue durante o credenciamento. O Regimento Interno apresentado foi aprovado na reunião do CONSEA-DC, do mês de julho de 2023.

Destaques apresentados: artigo 6º: Mudar o horário do credenciamento das 08h às 10h para 08h às 12h. Proposta aprovada.

Destaque no artigo 9º parágrafo 1º: O artigo 9º ficou reescrito da seguinte forma: “Após as apresentações dos grupos, o coordenador da mesa franqueará a palavra ao Plenário para exposições e questionamentos.” Proposta aprovada.

Destaque no artigo 11, tema 3: Incluir “agricultura familiar” no tema do Eixo 3: “*Produção, abastecimento, acesso à água e alimentos saudáveis, fortalecimento da agricultura familiar e geração de renda*”. Proposta aprovada.

Após os destaques e ajustes no texto, houve a aprovação por unanimidade do Regimento Interno da 11ª Conferência Municipal de SAN.

10h30 – Mesa de exposições e debates:

Painel 1: **Conjuntura da fome no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro** – Dra. Professora Fernanda Sá Brito, nutricionista. Mestre em Políticas Planejamento e Gestão em Saúde (ENSP/Fiocruz). Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), Professora Adjunta do Departamento de Nutrição Social e Aplicada (DNSA) do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Painel 2: **Plano de SAN: o que é? Para que serve?** convidou a Nutricionista Camila Linche, Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ e SAN pela UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Atua como coordenadora da gestão do SISAN na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, realizando o apoio à secretaria executiva da CAISANS-RJ.

Para o Painel 3: **Monitoramento do 1º Plano de SAN & Elaboração do 2º Plano de SAN**, convidou as assessoras técnicas em Nutrição do DESANS Daniele Marano e Izabel Joia.

A primeira a expor a apresentação foi a nutricionista Fernanda Sá Brito da UFRJ. Segundo ela, para falar de fome é necessário avaliar as políticas de fome implementadas ao longo dos anos. A palestrante mostrou o contexto da SAN e

insegurança alimentar (IA) a nível nacional e estadual utilizando dados da pesquisa de orçamentos familiar (POF), os dados atuais do inquérito nacional sobre SAN realizado pela REDE PENSSAN. Ratificou em alguns momentos que a Fome é um projeto. Contou um pouco sobre a luta de Josué de Castro, das políticas de SAN implementadas pelos governos, sobretudo o que foi liderado pelo ex-presidente Lula através do Programa Fome Zero, do desmonte em relação a essa política a partir do governo do Temer e enfatizou a redução de recursos e desativação do CONSEA Nacional ocorrida no primeiro dia do atual governo. Enfatizou que, em 2014, o Brasil saiu do mapa da fome da ONU. Todavia, segundo a palestrante, mesmo com essa saída, o Brasil ainda tinha 7 milhões de pessoas passando fome, o que significava ter um país tal como Portugal passando fome. Enfatizou que ninguém em um país pode passar fome e que os governos são responsáveis por isso. Disse que a situação da IA não é fruto da pandemia, mas que devido ao isolamento social, aumento da inflação e desemprego, essa situação teve uma piora. Também disse que a pandemia foi muito cruel para as crianças que necessitavam das escolas para se alimentar e informou que cada região do país teve uma ação diferente para minimizar a fome entre os escolares. Mostrou que os grupos que mais sofrem com a IA são os negros, os menos escolarizados, as famílias cujo chefe de família é a mulher e as pessoas que vivem em áreas rurais. Mostrou os dados de SAN e IA a nível nacional e estadual. Os dados do estado do Rio de Janeiro não foram publicados ainda, mas foram cedidos pela professora Rosana Salles da UFRJ. Foi informado que o Rio de Janeiro tem 2 milhões de pessoas em IA grave. Finalizou a sua apresentação com frases de diferentes autores: “A fome crônica permanente, reflexo do não acesso contínuo ao alimento, não tem espaço na sociedade, silenciosa, parece aproximar-se da normalidade”. Destacou que nós não almejamos uma população igual, mas não tão desigual com pessoas com fome. A fome é um projeto político que precisa acabar, O futuro não existe, o futuro é agora.

A segunda expositora foi a nutricionista Camila Linche, da Superintendência Estadual de SAN. Ela iniciou a sua apresentação definindo o sistema de segurança alimentar e nutricional (SISAN) e seus componentes (Conferência, CONSEA e CAISAN). Logo depois mostrou que após a adesão ao SISAN é necessário elaborar o Plano de SAN que deve ser vinculado ao plano plurianual (PPA). Informou as principais competências dos componentes do SISAN bem como explicou a importância da elaboração do Plano e que a CAISAN é o componente responsável pela elaboração e o CONSEA, pela aprovação. Informou que por ser um sistema bastante recente e por ter que demandar exigências burocráticas para adesão, ainda é baixa a adesão ao SISAN pelos municípios brasileiros. Informou aos presentes que existem documentos orientadores realizados pela CAISAN Nacional para a elaboração do Plano, mas que não existe um modelo padrão. Logo, cada município elabora o seu de acordo com as suas necessidades. Finalizou relatando os desafios que o Estado do Rio de Janeiro precisa superar para concretização da política de SAN. E referiu que a CAISAN Estadual está à disposição para auxiliar o município de Duque de Caxias.

Daniele Marano apresentou os dados do cumprimento das metas do 1º PLAMSAN. Inicialmente a nutricionista relatou de forma sucinta o passo-a-passo para elaboração desse plano que foi finalizado e publicado em lei em 2016. Explicitou que a vigência do 1º PLAMSAN foi entre 2017 e 2020 e que esse documento contém 42 metas distribuídas em quatro eixos. Referiu que para a avaliação das metas foram confeccionados formulários específicos pelo DESANS e UniRio que foram enviados às 10 secretarias que compõem a CAISAN-DC e a Fundec. Com base nas informações enviadas pelas secretarias, foi possível avaliar o cumprimento das metas nas seguintes categorias: cumprimento total, parcial e não cumprimento. Segundo Daniele, observou-se que 14% das metas foram cumpridas, 34%, parcialmente cumpridas e 52%, não foram cumpridas. A maior parte das metas classificadas como parcialmente não cumpridas pertenciam aos eixos 2 e 3. Também ratificou que a maior parte das metas que não foram cumpridas eram as que necessitavam de importante dotação orçamentária (construção e manutenção dos equipamentos de SAN – banco de alimentos, central de abastecimento, entreposto...) e a maioria que foi cumprida (atividades de EAN, hortas, monitoramento da Feira Popular de Agricultura Familiar e C-CAIC, entre outras) foram metas que não tinham necessidade de dotação orçamentária considerável. Terminou sua fala dizendo que o principal desafio para a concretude do 1º PLAMSAN se deteve no fato de que este não foi vinculado ao PPA. Enfatizou que o Plano precisa ser vinculado ao PPA para garantir que as metas façam parte da agenda orçamentária do município.

Izabel Joia informou que o 1º PLAMSAN foi lançado na Câmara de Vereadores em 2017 e o documento impresso foi disponibilizado para os participantes do evento. Relatou que o mesmo se encontra em pdf no site da prefeitura na aba DESANS. Ratificou que a não vinculação do 1º PLAMSAN (2017-2020) ao PPA (2014-2017) inviabilizou algumas metas e que o 2º Plano de SAN (2022-2026) será vinculado ao PPA (2022-2026).

Quanto a elaboração do 2º PLAMSAN, Izabel Joia, ressaltou que todo o processo foi conduzido pelos técnicos do DESANS, num constante movimento de construção coletiva e participativa, em parceria com acadêmicos e docentes da UFRJ e que envolveu ativamente os membros da CAISAN-DC e ampliando a participação da sociedade civil ao realizar duas Oficinas que reuniram 90 pessoas e esta Conferência como sendo fórum máximo para deliberações e aprovação do 2º PLAMSAN.

Izabel Joia apresentou o passo-a-passo da construção do 2º PLAMSAN: 1) Pesquisa e leitura de planos municipais de SAN de outros municípios; 2) Elaboração de formulários pelo DESANS, com apoio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), com perguntas sobre ações e programas de SAN desenvolvidos pelas secretarias durante o quadriênio de 2017 a 2020; 3) Envio de formulários pelo DESANS para todas as secretarias que compõem a CAISAN-DC para obter informações das ações de SAN desenvolvidas durante o quadriênio de 2017 a 2020; 4) Realização de reuniões com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e técnicos das secretarias afetas a SAN sobre o

processo de elaboração do Plano Plurianual, visando criar Programa de SAN com ações orçamentárias; 5) Análise do alcance das metas do 1º PLAMSAN-DC; 6) Coleta de informações disponíveis em base de dados oficiais, com apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 7) Revisão integrativa da literatura; 8) Definição da estrutura do 2º PLAMSAN-DC; 9) Identificação das deliberações da 10ª Conferência Municipal de SAN; 10) Revisão da escrita das metas do 1º PLAMSAN-DC não alcançadas; 11) Escrita do capítulo com a caracterização do município de Duque de Caxias; 12) Escrita do documento de apoio para as oficinas de elaboração do 2º PLAMSAN-DC; 13) Realização de duas oficinas para pactuar metas e ações com técnicos do governo que compõem o CONSEA-DC e/ou a CAISAN-DC, sociedade civil, alunos e docentes da UFRJ e ativistas da política de SAN que atuam em Duque de Caxias e noutros municípios do Estado do Rio de Janeiro; 14) Realização de várias reuniões da CAISAN-DC para definição de metas, objetivos, ações, indicadores de monitoramento e fontes de recursos de acordo com PPA com vigência entre 2022 e 2025. 15) Apresentação do 2º PLAMSAN-DC para contribuições na 11ª Conferência Municipal de SAN.

Após as exposições, Solange Bergami fez um agradecimento às palestrantes dizendo que tinha muito orgulho de Duque de Caxias ser cidade precursora na adesão ao SISAN e na construção do 1º PLAMSAN no Estado do Rio de Janeiro. Mas, que a política de SAN precisa ser fortalecida, dado que ao longo dos anos houve perda de recursos para implementação de diferentes equipamentos de SAN, tais como cozinha comunitária e banco de alimentos. Destacou que a elaboração do Plano de SAN é coletiva e que precisa de orçamento para sua implementação.

A seguir, foi aberto para manifestações, perguntas e debate do Plenário.

Cleide Jane parabenizou as palestrantes e ressaltou que fazer um Plano não é fácil e destacou que um dia de conferência é muito pouco para debater a política de SAN. Disse que o fato do município não ter um Plano Diretor definindo a área rural é muito grave e limitante para a construção desta política.

Lindomar Machado perguntou às palestrantes sobre hortas comunitárias nas escolas, ressaltando a importância das mesmas para ensinar as crianças sobre alimentação saudável.

Carlos Antônio Vieira parabenizou a todos os presentes e perguntou como a Fiocruz chegou ao Conselho.

Sidney Campos Neves, vice-presidente do CONSEA-DC, agradeceu a participação de todos os presentes e agradeceu a palestra das expositoras. Lamentou a falta dos agricultores na XI Conferência de SAN e que iria aproveitar aquele espaço para fazer provocações no que tange ao não funcionamento do Conselho Municipal de Agricultura - COMPADER. Informou que o Plano Diretor do município não contempla a área rural e disse que existe uma expectativa do mesmo ser atualizado em 36 meses. Relatou que os projetos no município não são implantados por falta de RGI, mas que há a existência do REURB social.

Lia Motta parabenizou o CONSEA-DC, disse que é mulher quilombola e indígena. Destacou que além da área rural, a urbana também precisa ser contemplada, dado que existem hortas urbanas e escolas que querem plantar e ensinar as crianças sobre os alimentos.

Claudio Santos parabenizou toda a mesa e os presentes. Informou que é conselheiro do CONSEA-DC e ressaltou que a luta de SAN não é uma prioridade do governo municipal. Isso pode ser visto com a perda do banco de alimentos. Disse que o restaurante popular está em funcionamento devido ao governo do estado. Relatou que o atual governo municipal não cuida dos seus funcionários públicos que estão há seis anos sem aumento e tampouco das pessoas mais vulneráveis e em situação de rua. Enfatizou que o controle social precisa avançar e que não adianta fazer Conferência se não houver a concretização das ações deliberadas. De acordo com ele, foi um absurdo a tentativa de mudar o nome da Escola Municipal Zilda Arnes para colocar o nome da mãe do inominável. E que é necessário vontade política para acabar com a fome.

Após as colocações dos Delegados/as da Conferência, a palestrante Fernanda Sá Brito referiu que a Conferência é um momento de resistência diante do cenário de desmonte advindo das ações do atual governo federal. Solange Bergami aproveitou para deixar registrado que o CONSEA-DC mandou ofício à Secretaria de Assistência Social de Duque de Caxias solicitando informações em relação ao contrato estabelecido entre o governo estadual e municipal, para o funcionamento do restaurante popular e que o CONSEA-DC não participou do processo de reabertura desse equipamento porque não foi convidado. Aproveitou para dizer que o município trabalha com o assistencialismo e que há informações que existe um Projeto de Lei na Câmara Municipal, propondo a criação de um programa para reaproveitamento de alimentos, mas que ninguém sabe do que se trata, nem o DESANS foi consultado a respeito. Camila Linche finalizou dizendo que a Superintendência de SAN do Estado se coloca à disposição para auxiliar na construção da Política de SAN de Duque de Caxias junto ao CONSEA-DC e a CAISAN-DC. Daniele Marano novamente explicitou que a execução de ações e metas do 1º PLAMSAN-DC foi dificultada pelo não alinhamento ao quadriênio do PAA. E que o DESANS, junto a Subsecretaria de Planejamento do município, conseguiu articular previsão orçamentária no atual PPA para ações do DESANS. Ratificou que isso foi um grande desafio e avanço, dado que no PPA anterior tinha orçamento previsto para manutenção do banco de alimentos, mas segundo a nutricionista, isso era um equívoco, pois o município não tinha esse equipamento de SAN implantado. Izabel Joia fechou a mesa de exposições e debates, ressaltando que todos os participantes têm um projeto comum, que é reduzir as desigualdades sociais e acabar com a fome, pois a fome não é natural, não num país que é o quarto produtor agrícola e tem todas as condições de produzir e garantir acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes.

13h15min – Encerramento da primeira parte da 11ª Conferência de SAN, seguido de almoço, com retorno às 14h30min para a realização dos grupos de trabalho, conforme previsto na programação.

14h30min às 15h30min – Grupos de Trabalho:

Foi entregue a todos os participantes nos três grupos de trabalho, documento impresso com o quadro de metas, objetivos, ações, indicadores e previsão orçamentária para as metas do 2º PLAMSAN. Logo após, foi explicada a dinâmica a ser adotada no grupo de trabalho: leitura de cada meta e, em seguida, cada participante pôde apresentar sugestões de alterações, que foram debatidas pelo grupo para obtenção do consenso.

15h30min às 16h30min – Plenária para apresentações dos Grupos de Trabalho e deliberações.

Foram apresentadas pelo relatores dos Grupos de Trabalho, as propostas de alterações nas metas dos eixos 1, 2 e 3 do 2º PLAMSAN, que foram debatidas pelo Plenário, **sendo deliberadas e aprovadas as seguintes formulações:**

Grupo de Trabalho 1: Educação Alimentar e Nutricional e Fortalecimento do SISAN.

Coordenadora: Izabel Joia

Relator: Regis de Oliveira

Metas aprovadas, sem alterações:

Meta 1.1 Mapeamento de uma amostra populacional do município

Meta 1.2 Avaliação da adequação do quadro técnico de nutrição na rede municipal

Meta 1.3 Avaliação do número de crianças inscritas para matrícula nas unidades municipais pelo número de vagas disponibilizadas

Meta 1.6 Fortalecimento da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-DC)

Meta 1.10 Monitoramento dos beneficiários do Restaurante do Povo

Meta 1.11 Acompanhamento Intersectorial do Programa Auxílio Brasil

Meta 1.13 Criação de um Centro de Referência de SAN: espaço para atividades de formação continuada em SAN, cultivo de hortas e mudas, produção de compostagem e outras atividades

Metas aprovadas, após alguns ajustes e consenso:

Meta 1.4 Adequação da estrutura do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESANS) de acordo com a Lei 2238 de 13 de 2009

Aprovado ajuste no texto sobre o indicador de monitoramento.

Meta 1.5 Fortalecimento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias (CONSEA-DC) de acordo com a Lei 2703 de 05 de maio de 2015

Aprovada inclusão de ação sobre espaço necessário para funcionamento do CONSEA-DC

Meta 1.7 Realização de uma nova edição do Curso de Formação em SAN para profissionais e Conselhos Municipais afins ao tema

Aprovada inserção de parceiros.

Meta 1.8 Realização de encontros para tratar temas de SAN com a sociedade civil

Aprovado ajuste no texto sobre o indicador de monitoramento.

Meta 1.9 Realização de atividades de EAN em equipamentos públicos municipais

Aprovado ajuste no texto sobre o indicador de monitoramento.

Meta 1.12 Garantia da EAN no currículo escolar da rede, incluindo no projeto político pedagógico das unidades escolares

Aprovado ajuste no texto sobre inserir EAN no currículo escolar.

Meta 1.14 Proposição de criação de regiões administrativas de acordo com os distritos

Aprovada exclusão da meta. Não se aplica.

Grupo de Trabalho 2: Alimentação e Nutrição

Coordenadora: Daniele Marano

Relatora: Gláucia Nunes

Metas aprovadas, sem alterações:

Meta 2.1 Publicação de lei municipal para regular a oferta de alimentos e produtos processados e ultra processados nas unidades escolares

Meta 2.3 Avaliação contínua de crianças menores de 6 anos nas unidades de saúde e encaminhamento para as unidades Creches e Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC)

Meta 2.4 Formulação e implementação da portaria referente à política municipal de aleitamento materno

Meta 2.5 Certificação de Unidades Básicas Amigas da Amamentação (IUBAAM)

Meta 2.8 Elaboração e aprovação do código sanitário municipal

Meta 2.10 Ampliação da adesão aos Programas de Alimentação e Nutrição (Crescer Saudável, Saúde na Escola, entre outros)

Metas aprovadas, após alguns ajustes e consenso:

Meta 2.2 Avaliação nutricional e acompanhamento de crianças menores de 6 anos matriculadas nas unidades Creches e Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC), pelo menos, duas vezes no ano

Aprovada a mudança do responsável que anteriormente era a Secretaria Municipal de Administração e passou a ser a Secretaria Municipal de Saúde

Meta 2.6 Adequação do quantitativo de técnicos para a Vigilância Sanitária (VISA) em relação à população e número de estabelecimentos

A primeira ação “Realização de concurso público e/ou contratação para fiscais sanitários, incluindo todas as categorias necessárias para atender as demandas das ações de regulação sanitária no município” foi modificada para **“Realização de concurso público para fiscais sanitários, incluindo todas as categorias necessárias para atender as demandas das ações de regulação sanitária no município”**.

Meta 2.7 Adequação dos estabelecimentos de alimentação e nutrição aos padrões de identidade e qualidade preconizados pela Vigilância Sanitária (VISA) para promoção e saúde da população

A primeira ação “Apresentar aos gestores municipais às atribuições e demandas da VISA) foi modificada para **“Confeccionar material educativo para os diferentes estabelecimentos de alimentação e nutrição e apresentar aos gestores as atribuições da VISA”**

Meta 2.9 Realização de ações destinadas às boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos de forma intersetorial.

A primeira ação “Capacitar profissionais de saúde para realizarem cursos de boas práticas de fabricação de alimentos”) foi modificada para **“Prover recursos para capacitação de profissionais de saúde para realizarem cursos de boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos”**

Meta 2.11 Revisão de contratos licitatórios de compra de alimentos para rede de ensino e saúde, quanto a quantidade de processados e ultra processados

Essa meta foi dividida, sendo a 2.11 de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e a 2.12 da Secretaria Municipal de Educação. Além disso, a terceira ação “Redução da compra de alimentos e produtos processados e ultra processados para as redes de ensino e saúde” foi modificada para **“Redução da compra de alimentos e produtos processados e ultra processados para as redes de ensino e saúde com predomínio de alimentos *in natura*”**.

Meta 2.13 Fornecimento de fórmula láctea para lactentes menores de 6 meses órfãos em decorrência de morte materna (gestação, parto, nascimento)

Foi acrescida na escrita anterior a sentença **“em decorrência de morte materna (gestação, parto, nascimento)”** e retirada por óbito materno

Meta 2.14 Incentivo, promoção e proteção ao aleitamento materno

A segunda ação “Incentivo à disponibilização de salas de apoio à amamentação no local de trabalho” foi modificada para “**Incentivo à disponibilização de salas de apoio à amamentação no local de trabalho e nas unidades escolares**”.

Meta 2.15 Realização de atividades educativas para promoção do aleitamento materno

A primeira ação “Promoção de atividades de sensibilização sobre aleitamento materno para a comunidade/população em geral” foi modificada para “**Promoção de atividades de sensibilização sobre aleitamento materno para a comunidade**”. Foi inserida mais uma ação “Credenciar as maternidades municipais na iniciativa hospital amigo da criança”

Meta 2.16 Criação da portaria que implementa a linha de cuidado do sobrepeso e obesidade no município

Foram incluídas duas novas ações “Aquisição de balanças e antropômetros para avaliação nutricional de pessoas com sobrepeso e obesidade” e “Favorecer o ingresso desse grupo no Programa Aqui tem Esporte”

Grupo de Trabalho 3: Produção, Abastecimento e Acesso a água e a alimentos saudáveis e geração de renda.

Coordenadora: Raquel Dias (DESANS)

Apoio: Cláudio Santos (CONSEA-DC)

Relatora: Amanda Franco (SMS/ DVS)

Meta 3.1 Implementação de uma Unidade de Beneficiamento de Pescado e de Derivados.

Inclusão de nova ação: Criação de um programa de incentivo à atividade pesqueira, a partir do mapeamento realizado no município.

Meta 3.2 Divulgação de informações sobre políticas e programas de fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia

Inclusão de texto na ação: Capacitar os agricultores para cultivo de alimentos agroecológicos e orgânicos para acesso de políticas públicas.

Inclusão de texto no objetivo: Divulgar informações sobre Políticas e Programas de Fortalecimento e incentivo financeiro para a agricultura familiar e agroecologia.

Meta 3.3 Aquisição de, no mínimo, 30% de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Alteração na escrita da ação 2: emissão de notas fiscais, CAF (cadastro de agricultor familiar) e CAR (cadastro ambiental rural) e elaboração....

Alteração na escrita da ação 3: Ampliar a divulgação das chamadas públicas das escolas

Alteração na escrita da ação 4: Oferecer assistência técnica para o planejamento da produção, visando atender ao PNAE.

Alteração na escrita da ação 5: Criar plano sobre logística de distribuição....

Alteração na escrita da ação 6: Realizar chamadas públicas por distritos

Meta 3.4 Implementação de novas hortas agroecológicas (urbanas, comunitárias, escolares) e pomares no município.

Alteração na escrita da meta: Implementação de novas hortas agroecológicas (urbanas, comunitárias, escolares) e SAF no município.

Alteração na escrita da ação 1: Realizar ações educativas com a comunidade ...para a implantação e manutenção do cultivo de SAF

Alteração na escrita da ação 4: Elaborar programa de fomento às hortas nas hortas rurais, urbanas e comunitárias.

Alteração na escrita da ação 5: Fomentar programa de agricultura urbana, rural, comunitária, com monitoramento do SAF.

Alteração na escrita da ação 6: Criar um programa de recolhimento de resíduos orgânicos aos estabelecimentos locais para produzir adubo para as hortas.

3.5 Mapeamento de informações socioeconômicas, ambientais e de produção de alimentos

Alteração na escrita da ação 1: Reestabelecer e monitorar o convênio da Emater com o município.

Exclusão de ação: Retirar a ação 2

Alteração na escrita da ação 3: Realizar o diagnóstico rural

Alteração na escrita da ação 4: Pactuar com a secretaria responsável um cronograma de execução.

3.6 Consolidação e expansão da produção agroecológica e orgânica da agricultura familiar.

Alteração na escrita da ação 1: Capacitar os agricultores e os cidadãos sobre os princípios da agroecologia, fomentando novos circuitos de distribuição e comercialização.

Alteração na escrita da ação 4: “Incluir as organizações de produtores nas ações da agroecologia e da produção orgânica no município.”

Inclusão de nova ação: Sensibilizar os agricultores e agriculturas a participarem do PNAE.

3.7 Avaliação da adequação do quadro técnico de profissionais da área das agrárias (técnicos agrícolas, agrônomo, engenheiros florestais, veterinário e zootecnistas).

Alteração na escrita da ação 4: Na vigência de inadequação, realizar a readequação do quadro técnico. (Excluir concurso e contratação).

3.8 Implementação de uma agroindústria

Alteração na escrita da ação 1: Identificar uma área pública para a implementação de uma agroindústria

Exclusão de ação: Retirar a ação 5

3.9 Adesão ao Programa Alimenta Brasil (PAB)

Alteração na escrita da ação 1: Adequação do município de Duque de Caxias ao PAB

3.10 Elaboração de um projeto para gestão e redução de desperdício e reutilização de resíduos orgânicos nos equipamentos públicos

Não houve alteração.

3.11 Implementação de um banco de alimentos

Alteração na escrita da ação 1: Elaborar um projeto básico para implementação de um banco de alimentos em Duque de Caxias.

Exclusão de ação: Retirar a ação 2

Alteração na escrita da ação 3: Realizar os processos licitatórios necessários.

Alteração na escrita da ação 4: Acompanhar e monitorar as obras e aquisição dos recursos materiais.

Alteração na escrita da ação 5: Criar uma comissão intersetorial para acompanhar e monitorar o andamento do projeto.

Alteração na escrita da ação 6: Realizar a adequação e manutenção de equipe técnica que trabalhará no banco de alimentos.

Meta 3.12 Integração da VISA a Secretaria de Agricultura para controle de zoonoses

Alteração na escrita da meta: Integração das ações realizadas pela VISA e Secretaria Municipal de Agricultura para controle de zoonoses.

Alteração na escrita da ação 2: Integrações ações realizadas pela VISA e Secretaria Municipal de Agricultura com as ações realizadas pelos meus órgãos em municípios vizinhos para a obtenção de um selo regional que viabilize a comercialização dos produtos.

Alteração na escrita da ação 3: Realizar adequação do quadro técnico para a VISA.

16h30min às 17h30min – Assembleia dos Segmentos para eleição e Plenária de apresentação das representações da sociedade civil eleitas para compor o CONSEA-DC, mandato 2022/2026:

A Presidenta Solange Bergami informou à Plenária que 12 Instituições da sociedade civil se inscreveram para compor o CONSEA-DC, de acordo com a Resolução 03 do CONSEA-DC, publicada no Boletim Oficial nº 7.163, de 08 de julho de 2022. No entanto, duas destas Instituições não compareceram à 11ª Conferência de SAN. Assim, foram eleitas 10 instituições e deliberado pela Conferência que os critérios para o preenchimento das vagas remanescentes serão definidos na reunião do CONSEA-DC, a ser realizada no dia 30 de agosto de 2022, às 14h30min, local a definir.

Instituições eleitas na 11ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para compor o CONSEA-DC, mandato 2022/2026:

Movimento Comunitário das Associações de Moradores:

Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias – MUB
Associação de Pais e Amigos da Escola Pública de Duque de Caxias – APAEP
Associação dos Moradores do Parque da Liberdade e suas Adjacências
Associação de Moradores e Amigos de Xerém (indicação do segmento pra referendo na reunião do CONSEA, após apresentação de documentos)

Entidades Religiosas:

Ação Social Paulo VI
Comunidade Cristã Gerando Vida

Organização Não Governamental (ONG):

Promover Brasil

Mulheres com Propósito

Organização Sindical:

SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – Núcleo Duque de Caxias

Sindicato dos Professores da Baixada Fluminense – SINPRO – Baixada

Representação na vaga de outros segmentos:

Associação Missão Resplandecer – AMIRES

As representações Governamentais serão apresentadas na reunião do CONSEA-DC no dia 30/08/2022, sendo:

Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – DESANS

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH

Secretaria Municipal de Educação – SME

Secretaria Municipal de Saúde – SMS

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento – SMMAAA

Secretaria Especial de Trabalho, Emprego e Renda e Políticas de Desenvolvimento Econômico

17h30 – Apresentação e leitura da **Carta da 11ª Conferência de SAN**, aprovada por unanimidade – em anexo.

18h – A Presidenta do CONSEA-DC Solange Bergami, encerrou a 11ª Conferência Municipal de SAN, agradecendo à todos e todas os/as participantes e à Direção e aos funcionários da Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo, pela acolhida e apoio.

Duque de Caxias, 06 de agosto de 2022.

Solange Bergami
Presidenta do CONSEA-DC

Izabel Jóia
Secretária do CONSEA-DC

ANEXO: CARTA DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE DUQUE DE CAXIAS

“COMIDA, SIM. FOME, NÃO! PELO DIREITO À ALIMENTAÇÃO DE VERDADE”

A fome é um dos maiores flagelos da humanidade e hoje atinge mais de 828 milhões de habitantes do planeta, segundo um relatório divulgado por agências da Organização das Nações Unidas (ONU), no início de julho deste ano. Os índices são alarmantes, fruto da mais grave crise econômica enfrentada pelos países com a pandemia.

A realidade não é diferente no Brasil e trouxe detalhes preocupantes sobre a fome, o mais grave reflexo da crise econômica nacional. Segundo o relatório, o número de pessoas no país que sofrem com insegurança alimentar moderada ou grave disparou de 37,5 milhões entre 2014 e 2016 para 61,3 milhões entre 2019 e 2021. Entre 2019 e 2021, 15,4 milhões de brasileiros viveram sob insegurança alimentar grave. Entre 2014 e 2016, eram 3,9 milhões.

O país voltou ao Mapa da Fome da ONU, onde não figurava desde 2014. Segundo a organização, um país entra no Mapa da Fome quando mais de 2,5% da população enfrenta falta crônica de alimentos. No Brasil, a fome crônica atingiu 4,1% e, pelo levantamento, a situação no país é mais grave do que a média global.

Publicado no início de junho, o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil já alertava: são 33,1 milhões de pessoas passando fome no país, o mesmo nível de 30 anos atrás. O levantamento apontou ainda que, em menos de um ano, 14 milhões entraram em situação de vulnerabilidade alimentar e hoje, 6 de cada 10 brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar.

A fome é um projeto político perverso, fruto da injustiça social patrocinada pelo descaso do governo federal com a política nacional de abastecimento, de controle dos preços, da redução do orçamento para a agricultura familiar, da paralisação da reforma agrária, da destruição do meio ambiente, do desemprego e da falta de políticas públicas para combater a miséria e a fome. A negação do direito humano à alimentação é a porta para a violação de outros direitos sociais fundamentais, e acaba por legitimar outras formas igualmente graves de violência e de retrocessos que contribuem para manter grupos vulneráveis, principalmente mulheres, crianças e adolescentes, e pessoas idosas em situação de insegurança alimentar e fome.

Além de um projeto político, a fome é uma grave contradição, pois ao passo que os mais pobres disputam sobras de comida nos bolsões de pobreza, o Brasil está entre os cinco maiores produtores mundiais de grãos (arroz, cevada, soja, milho e trigo), sendo responsável por 7,8% da produção mundial, atrás apenas da China, dos Estados Unidos e da Índia. A Rússia ocupa a quinta posição. O país também é o segundo maior produtor de carne bovina do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, sendo responsável por 16,8% do volume global produzido. A União Europeia ocupa a terceira posição.

Em Duque de Caxias a situação de insegurança alimentar e nutricional é notória, e exigimos do Poder Público o compromisso com a implementação do 2º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (2022-2025), que pretende ser um esforço de caráter intersetorial e com a participação social, através do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de debater estratégias de enfrentamento à situação de insegurança alimentar e nutricional e para concretizar o acesso a uma alimentação adequada e saudável, alicerces da soberania e segurança alimentar.

Precisamos avançar para consolidar um sistema local de segurança alimentar e nutricional sustentável que permita mapear a insegurança alimentar no município, ampliar os equipamentos de segurança alimentar e nutricional, como bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, apoiar a produção agroecológica sustentável e os empreendimentos familiares rurais, melhorar a qualidade da alimentação escolar e fortalecer a participação e o controle social dessas políticas, fazendo chegar comida de verdade a toda população, especialmente aquela em situação de pobreza e extrema pobreza.

Comer é um ato que resgata a cultura, a tradição, a ancestralidade e a territorialidade, e tal ato vincula-se ao reconhecimento e a valorização do papel estratégico exercido pelos povos do campo, da floresta e das águas na produção dos alimentos e em ações de preservação do meio ambiente, combate à miséria, à fome e em defesa da vida em todo o país.

O alimento é um direito social e não uma mercadoria cujo propósito é auferir lucro, enquanto milhões de pessoas passam fome, sem terra, teto e trabalho. A fome tem cara, cor, gênero, raça e lugar.

Portanto, a luta contra a miséria e a fome e pela vida passa pela revogação do congelamento nos investimentos públicos com liberação de recursos substanciais às políticas públicas, a retomada do Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e suas estratégias vinculadas, pelo fortalecimento do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), pela imediata implementação da Lei Assis Carvalho II, e demais programas e medidas emergenciais. Passa também pela restauração plena do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Conclamamos a toda sociedade que tem sede e fome de justiça a se juntar, nesta ação solidária e convergir para um novo projeto político que derrote a fome, a miséria, as violências e a desigualdade, e trazer de volta a esperança e dignidade de vida ao povo brasileiro. Agir não é mais uma opção, mas um imperativo para construir um futuro justo para todos. Temos fome e sede de direitos, oportunidades, cidadania, educação de qualidade, emprego e renda, e moradia digna. E quem tem fome e sede, tem pressa!

Duque de Caxias, 6 de agosto de 2022.

